UFSM

InterAção

ISSN 2357-7975
ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 17, n. 3, e97569, p. 1-17, 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797597569
Submissão: 07/07/2026 • Aprovação: 14/09/2026 • Publicação: 02/10/2026

Artigos Dossiê

Realismo e estudos estratégicos: articulações de poder no sistema internacional

Realism and strategic studies: articulations in the international system

Eduardo Freitas Gorga[I]

[I]Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo propõe uma rearticulação teórica entre o Realismo nas Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos, visando superar a clivagem epistemológica que isolou historicamente ambos os campos. Mediante revisão sistemática da literatura, o estudo demonstra a centralidade do (neo)realismo na compreensão da distribuição de capacidades no sistema internacional. O argumento central sustenta que, longe de constituir um anacronismo pós-Guerra Fria, o paradigma realista é essencial para a análise das capacidades de Defesa, visto que a autonomia estratégica dos Estados do Sul Global permanece condicionada pela anarquia sistêmica e pela busca por segurança em cenários de competição assimétrica. Conclui-se que a integração desses campos é indispensável para a formulação de políticas de defesa resilientes, tornando-se imperativa para a compreensão dos desafios estratégicos contemporâneos.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Sistema internacional; Teoria realista, Estudos Estratégicos

Abstract

This article proposes a theoretical rearticulation between Realism in International Relations and Strategic Studies, aiming to bridge the epistemological divide that has historically compartmentalized these fields. Based on a systematic literature review, the study demonstrates the centrality of (neo)realism in understanding the distribution of capabilities within the international system. The central argument posits that, far from being a post-Cold War relic, the realist paradigm remains essential for analyzing defense capabilities, as the strategic autonomy of Global South nations continues to be shaped by systemic anarchy and the pursuit of security in an environment of asymmetric competition. The paper concludes that integrating these areas is imperative for crafting robust defense policies and addressing contemporary strategic challenges.

Keywords: International Relations; International system; Realist theory; Strategic Studies

Artigo publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

1 INTRODUÇÃO

"A política internacional, como toda política, é uma luta pelo poder."
Morgenthau, 2003, p. 33

Embora o Realismo e os Estudos Estratégicos compartilhem ontologias voltadas à centralidade do Estado e da segurança, a literatura acadêmica tem, historicamente, operado sob uma clivagem artificial entre a teoria das RI e a prática estratégica (Doeser; Frantzen, 2020). O presente artigo argumenta que tal isolamento é um obstáculo epistemológico para a compreensão dos desafios de Defesa no Sul Global contemporâneo. Ao reconstruir o diálogo entre a teoria realista — do clássico ao estrutural — e a produção científica em Estudos Estratégicos, este trabalho demonstra que a eficácia da governança de defesa não pode ser dissociada do entendimento da distribuição sistêmica de poder. A relevância deste estudo reside na necessidade de resgatar o rigor teórico realista para interpretar fenômenos como a autonomia estratégica e a cooperação Sul-Sul, temas centrais no cenário de transformações globais do século XXI.

Como diretriz oficial para o planejamento nacional, o *Livro Branco de Defesa Nacional* (Brasil, 2012) delineia os objetivos de soberania do Estado, servindo como base prática para os estudos aqui propostos. No Brasil, a implementação desse campo científico decorreu da ascensão internacional da área dos *"Strategic Studies"*. Isso, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa Ocidental, teve origem a partir da Segunda Guerra Mundial. A consolidação desses estudos como um campo científico rigoroso, conforme destaca Figueiredo (2009), é essencial para a compreensão das dinâmicas de segurança. Em consequência, o progresso mundial desse setor acadêmico, no transcorrer da Guerra Fria, permitiu o desenvolvimento dos estudos das relações de Força entre os Estados do sistema[I] internacional, com ênfase em Defesa e Segurança.

A construção das RI como ciência é recente, considerando a Idade Contemporânea[II], e advém do término da Primeira Guerra Mundial, com a criação de uma cadeira de

[I] É o sistema que envolve as conexões entre todos os agentes das relações internacionais. Para a sua existência em âmbito global, é suficiente que ocorra alguma forma de interação entre as múltiplas entidades ou atores, como comerciais, conflitos armados ou, mesmo, disseminação de ideias, dentre outras.
[II] Período atual da evolução histórica da humanidade, cujo marco inicial foi na Revolução Francesa em 1789.

análises de política internacional no Reino Unido, em 1919. A sua finalidade era buscar respostas para as causas das guerras e, ainda, de que maneira seria possível garantir a manutenção da paz pela prevenção dos conflitos de segurança. Destaca-se que os estudos das RI são multidisciplinares, tendo referenciais iniciais em outros campos tradicionais, como a política, a economia e o direito. Logo, desde os anos 1920, segue em curso a evolução das teorias das RI como área diferenciada do conhecimento.

Ademais, a guerra assume papel central em todas as teorias de RI, integrando a raiz desta disciplina. Para analisar, cientificamente, tais conflitos armados extremos, é necessário explorar as ideias de Carl von Clausewitz, um oficial militar prussiano que estudou o tema tendo como fundamentação as batalhas napoleônicas. Conforme Clausewitz (2010), a guerra é um ato de violência com a finalidade de forçar o oponente a ceder aos desejos do agressor. Assim, a Defesa é inseparável da política e não pode ser compreendida de modo isolado.

Para os domínios da segurança internacional, percebe-se os reflexos da nova fase da globalização iniciada nos anos 1990. Esta foi marcada por uma maior conectividade entre as nações, diante de novos fluxos de transportes, bem como do avanço, gradativo, dos sistemas de comunicações. Nesse ínterim, o crescimento do movimento de indivíduos e de ideias decorreu do progresso tecnológico promovido pela Era da Informação[III]. Assim, pela disseminação dessas práticas comerciais do sistema capitalista globalizado, os controles dos acessos fronteiriços, tanto aéreos quanto terrestres, foram dificultados, potencializando as exposições das fragilidades das questões de segurança dos Estados.

Sequencialmente, com o avançar do século XXI, no escopo dos Estudos Estratégicos, as supracitadas questões das RI ficaram cada vez mais conectadas aos atores não-governamentais, legais e ilegais. Atualmente, eles geram ameaças constantes, dispersas e instáveis, como o terrorismo e os tráficos gerados pelo crime organizado transnacional. Salienta-se que a natureza epistemológica[IV] dos Estudos de

[III] Nome dado ao período iniciado nos anos 1990, reconhecido pela fase da globalização marcada pelo avanço dos meios de comunicação, com os aparelhos celulares e os computadores, além do emprego massivo de satélites, oportunizando uma conexão mundial instantânea promovida, especialmente, pelo uso da internet.
[IV] Indica o que o teórico prioriza como explicação para a construção do conhecimento.

Estratégicos é fundamentalmente política, o que também os situa no campo da Ciência Política. Consequentemente, os Estudos Estratégicos estão estreitamente ligados às RI, concentrando a análise do papel do emprego da força no espaço global.

Nesse sentido, para o enfrentamento das múltiplas questões de Defesa e Segurança, ações colaborativas entre as Forças Armadas de diferentes países podem ser compreendidas em um amplo contexto de alianças bi-multilaterais (Bernardino, 2023a)[V]. Para esse processo depende da coordenação de ações nos mais altos estamentos intergovernamentais, em que a promoção da cooperação ocorre quando as políticas empreendidas por um governo são reconhecidas por outros como instrumentos facilitadores. Desse modo, para as RI, a cooperação favorece e amplia a viabilidade do alcance dos próprios objetivos governamentais.

Como exemplo de base teórica que considera as políticas de cooperação em Defesa, o realismo possui relevância para a evolução contemporânea das RI, tal qual para os Estudos Estratégicos. Segundo o progresso de ambas as áreas, o decorrer da Guerra Fria impactou, em alguma medida, o fenômeno da cooperação para a segurança internacional. Dessa forma, o problema de pesquisa a ser esclarecido é o seguinte: consoante à teoria realista e sua aplicabilidade aos Estudos Estratégicos, como a supracitada corrente teórica contribui para o desenvolvimento dos estudos de cooperação em Defesa?

Outrossim, esta é uma pesquisa qualitativa, que tem como método a revisão bibliográfica. O argumento[VI] que será sustentado é que o (neo)realismo contribuiu para os Estudos Estratégicos, notabilizando que a distribuição de capacidades entre os Estados, sobretudo militares, deriva de interesses conjunturais, podendo ser considerado um elemento central para o sistema internacional (Waltz, 1979). Quanto ao objetivo, esta pesquisa pretende compreender a evolução da teoria realista para as RI. O objetivo específico é identificar como a teoria realista foi e permanece importante para as análises dos Estudos Estratégicos. A estrutura do trabalho abrange seções com a "pré-história" das RI, as teorias positivistas e os Estudos Estratégicos. Nesse diapasão, a seguir, com a "pré-história" das RI, será abordado o realismo clássico.

[V] Com um grande potencial agregador, o bi-multilateralismo torna viável uma articulação estratégica entre Estados de um determinado fórum ou comunidade, potencializando soluções aos complexos problemas atuais (Bernardino, 2023a).

[VI] O argumento deste trabalho não busca, sobretudo, integrar os Estudos Estratégicos com as reflexões realistas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

2.1.1 A Pré-História das RI e o Realismo Clássico

A gênese do pensamento realista nas Relações Internacionais encontra em Tucídides, Maquiavel e Hobbes o substrato ontológico necessário para a compreensão do sistema internacional. A narrativa de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso (Tucídides, 1972) não constitui apenas um relato histórico, mas a formulação inaugural da premissa de que a distribuição desigual de capacidades — materializada na dialética entre Esparta e Atenas — impõe aos Estados um dilema de segurança inelutável. Essa lente, posteriormente refinada por Maquiavel e Hobbes, desloca o foco da moralidade normativa para a realidade da potência e da sobrevivência estatal. O realismo, portanto, não se reduz a uma cronologia de pensadores, mas estrutura-se como um paradigma contínuo que enquadra o emprego da força como *ultima ratio* da política estatal, fundamentando a própria epistemologia dos Estudos Estratégicos contemporâneos.

Ainda, as construções das suas teorias, bem como as reflexões geradas, evidenciaram um ramo do conhecimento distinto dos demais, em constante formação desde o término da Primeira Guerra Mundial. Nota-se que as guerras estão na gênese das RI, com amplo espaço em todas as suas formulações teóricas. Estas podem ser divididas entre o realismo, o pluralismo e o globalismo, que são três grandes agrupamentos que reúnem as teorias com algumas características em comum (Viotti; Kauppi, 1993).

Duroselle (2000) complementa essa visão histórica ao pontuar que a persistência das disputas bélicas é uma característica inerente à anarquia internacional, exigindo que os Estados mantenham capacidades defensivas constantes. A maturidade que Figueiredo (2009) defende para o campo científico exige justamente esse olhar para a

continuidade histórica entre a prática da defesa e a teoria. Além disso, a classificação das teorias em realismo, pluralismo e globalismo, conforme sistematizado por Viotti e Kauppi (1993), é fundamental para mapear os debates contemporâneos.

É relevante frisar que o debate específico sobre a guerra deve passar pela premissa de Clausewitz (2010) de que os Estados são os seus condutores, que a partir dos seus governos, conduzem as guerras. Ademais, o realismo clássico é formado por ideias de autores, mais especificamente da ciência política e da sociologia, que antecedem a inauguração oficial da área das RI (1919). A seguir, serão abordadas brevemente lições de Tucídides (471 a.C. - 400 a.C.), Maquiavel (1469 - 1527) e Hobbes (1588 - 1679), e seus efeitos de destaque para o realismo clássico.

Tucídides, sobre a Guerra do Peloponeso (431 a.C. - 404 a.C.), entre espartanos e atenienses, citou aspectos importantes nas RI contemporâneas, como as guerras, as negociações, o progresso tecnológico, o comércio e a formação de alianças. O autor descreve que Esparta era militarista e contava com muitos aliados. Já Atenas era mais desenvolvida, ao ponto de ser considerada hegemônica, não dava tanta atenção à expressão do poder militar e possuía maiores preocupações voltadas para o comércio. Dessa maneira, Tucídides revela questões de conflito, cooperação e competição pelo poder, demonstrando que o crescimento econômico ou militar de um Estado reverbera em insegurança para os demais no seu entorno, dado que um desequilíbrio[VII] de poder tende a impulsionar os eventuais conflitos.

Para Maquiavel (1996), por meio da obra clássica "O príncipe", o Estado deve ter capacidade de impor a ordem interna e os seus governantes precisam garantir a sua segurança. Ele assinala a intenção das potências, grandes nações, de dominarem outras que sejam menos desenvolvidas. Apesar de o sistema internacional ser desordenado, em tese não existindo relação de subordinação[VIII] entre os Estados, nenhum país, por menor que seja, quer ser dominado. Referente à cooperação, se existir, deve ser por período reduzido, somente a fim de favorecer o ataque ou a defesa, em conjunto,

[VII] O equilíbrio de poder é um conceito central para o realismo.

[VIII] Há relações de subordinação, historicamente, constituídas no sistema internacional. Em termos concretos, não há uma anarquia, mas uma hierarquia dinâmica de poderes. Sob o argumento da perspectiva concreta, não existem poderes supraestatais, mas isso não significa que não há relações de subordinação entre os Estados.

contra outras potências. Com isso, todas as nações devem manter condições de guerrear, demonstrando força militar por sua prontidão, além de capacidade de coação, garantindo a segurança do seu território.

Hobbes entendia que o Estado devia ser centralizador, soberano e absolutista. Ele foi o primeiro tradutor da obra "Guerra do Peloponeso", para o idioma inglês, de Tucídides. Em 1651, publicou o seu clássico, "Leviatã", em que cita o estado de natureza dos homens como sendo uma condição permanente de prontidão para a guerra. Para Hobbes (1997), em comparação com o sistema internacional, a conjuntura contínua dos Estados é de liberdade, pela anarquia existente, ao passo que a guerra está na estrutura natural das RI. Com efeito, ele considera os fatores militar, econômico e psicossocial como basilares para a obtenção do poder pelas nações, que precisam ser restringidos para conterem uma propensão comum de aumento territorial. A seguir, com a evolução dos estudos do realismo, serão apontadas as teorias positivistas.

2.1.2 As Teorias Positivistas

O paradigma das teorias positivistas influenciou as RI desde o seu começo formal como área do conhecimento. Passada a sua pré-história, mantendo a atenção para as suas contínuas transformações, as observações positivistas prevaleceram, por cerca de um século, tendo como focos de análise o Estado, a política, o poder militar e a economia. No mesmo sentido, ao longo do período, em seu processo construtivo, o positivismo abarcou o Realismo Moderno, o Neo-realismo e o Realismo Estrutural.

As investigações das mencionadas vertentes realistas colaboraram para o progresso das reflexões das RI, dado que o mundo contou com inúmeras mudanças em todos os campos do poder, no século XX. Na atualidade, mesmo com a expansão e o aprofundamento das teorias das RI, é possível afirmar que a corrente realista permanece vigente, com manifestações segundo as suas características racionalistas. Portanto, o debate do Realismo Moderno, pelos seus autores de referência, resgatou concepções do Realismo Clássico, o que será a seguir explicitado.

É plausível considerar que o Realismo Moderno iniciou no mesmo período dos estudos formais das RI, ou seja, no final da segunda década do século XX. Apesar das suas mudanças e adaptações, permaneceu incontestável que as associações e as ligações pelo poder seriam centrais e norteadoras nos objetivos dos Estados. Nesse ínterim, alguns autores foram destaques e são referências do realismo clássico (moderno), como: Edward H. Carr (1892 - 1982) e Hans Morgenthau (1904 - 1980).

Edward H. Carr aponta o poder como motivador das ações dos Estados, que são os únicos atores importantes de um sistema internacional dominado pela ameaça e pelo uso da força. As nações possuem interesses conflitantes e devem priorizar interações que garantam a sua sobrevivência. Para Carr (1981), o poder deve ser categorizado entre os seguintes fatores: econômico, militar e sobre a opinião. O primeiro e o terceiro podem ser considerados complementares e instrumentais ao poder militar, sendo subordinados à política de alcance dos objetivos do Estado. Nesse viés, a força militar, formada para a guerra, representa a *ultima ratio* do poder estatal, o que é precípuo para a manutenção da sua sobrevivência internacional, se a diplomacia externa falhar (Carr, 1981).

Hans Morgenthau assinala que o progresso dos estudos para o desenvolvimento da tecnologia nuclear, com fins de produção e uso bélico, poderia implicar na futura extinção dos seres humanos. Para Morgenthau (2003), o campo político é autônomo e independente das outras áreas, com os Estados adotando princípios que dependem das condições de lugar e tempo, a fim de obterem poder. Ademais, na Guerra Fria, entre muitas incertezas, ele inferiu que a humanidade buscava um alinhamento com os ideais dos EUA ou do seu concorrente do Leste europeu. No mesmo sentido, no contexto da bipolaridade, o equilíbrio de poder potencialmente seria irreal ou insuficiente (Morgenthau, 2003).

Observa-se que, no Realismo Moderno, os Estados são atores soberanos das RI, voltados para os seus interesses. Entre estes, para assegurar a sua sobrevivência, a segurança é prioridade, fato notado na Guerra Fria, e justifica a prevalência da força

militar diante de outros poderes, como o econômico e o político. Este último deve separar as questões externas das domésticas, necessitando balancear o poder com os outros Estados, o que evidencia um dos principais problemas que podem agravar a insegurança do sistema internacional.

O Neo-realismo é uma linha teórica cujo conceito apareceu no final dos anos 1970, a fim de suprir a crítica e o processo de renovação do Realismo Moderno. Como diferença, é possível depreender que o nível de análise de ambos é distinto. O primeiro, conforme mencionado, estava sobretudo voltado para a figura do Estado. Já o segundo, em concepção formada a partir do trabalho de Kenneth Waltz, buscou analisar o sistema internacional. Para Waltz (1979), teorias baseadas no nível de análise do Estado podem ser consideradas reducionistas, o que é incapaz de explicar a política internacional. Referente à cooperação, esta é difícil de ser estabelecida, e se constituída, é difícil de ser mantida. Assim, para o balanço de poder, os Estados podem formar grupos e coalizões, inclusive seguindo um eventual líder regional, o que demonstra um comportamento estratégico, que não ocorria no Realismo Moderno.

Pelo seu ordenamento, o sistema internacional é considerado descentralizado e anárquico. Complementarmente, por suas características, os Estados são similares externamente, podendo utilizar a guerra como meio para a solução dos seus conflitos, e são internamente distintos. Ademais, nestas áreas, eles são soberanos para decidir se convém pedir apoio para a resolução dos seus problemas. Ainda quanto à segurança internacional, os Estados devem ser comparados consoantes as suas capacidades materiais — incluindo o aparato bélico, industrial e tecnológico — que permitam garantir a sua sobrevivência no sistema internacional. Além disso, segundo Waltz (1979), existem atores que não são estatais, como os terroristas, com pouca relevância e sem legitimidade para usar a força, pois não podem interferir sobre o sistema internacional.

Nos anos 1990, o Realismo Estrutural foi uma linha do realismo que apareceu para propor a retificação de eventuais equívocos ou erros do Realismo Moderno e do

Neo-realismo, como ao estabelecer a interação dos níveis de análise, com destaque para a capacidade tecnológica. Disseminado por Waltz, entre outros autores renomados, como exemplo, assinalou que um Estado pode ser desenvolvido economicamente e não necessariamente forte no setor militar, contando também com os campos político, ambiental, social, entre outros, que integram o sistema internacional. Este possui dois sentidos, um relacionado às relações entre os Estados e outro às interações humanas. Diante do exposto, a seguir, serão apresentados aspectos relevantes dos Estudos Estratégicos, bem como de suas ligações com o realismo.

2.2 Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, estruturada por meio de uma revisão sistemática narrativa da literatura clássica e contemporânea. O critério de seleção do corpus bibliográfico fundamentou-se na representatividade dos autores para a consolidação do Realismo nas Relações Internacionais e sua interseção com a teoria dos Estudos Estratégicos. A análise priorizou obras que articulam o conceito de "poder" e "força" com as dinâmicas de segurança sistêmica, permitindo um levantamento crítico dos fundamentos epistemológicos do campo. A escolha do referencial, pautada em teóricos de referência na área, visa estabelecer um diálogo que conecte a tradição realista aos desafios contemporâneos de governança, autonomia estratégica e cooperação em Defesa, elementos centrais para o debate sobre o Sul Global. A escolha do referencial teórico alinha-se, inclusive, aos preceitos de análise comparativa defendidos por Costa (2022) sobre a inserção de Estados em desenvolvimento no cenário regional.

2.3 Resultados e discussão

2.3.1 Os Estudos Estratégicos

Os conflitos de poder, alvos de observações dos Estudos Estratégicos, aliados às instabilidades sociais e outras complexas dinâmicas globais, como econômicas

e de segurança, demonstram que o presente é tão incerto quanto o futuro das RI (Bernardino, 2023b). Os Estudos Estratégicos não são simples estudos, dado que são muito relevantes e que não contém respostas fáceis, segundo Brodie (1959). Vale salientar que, para o mencionado pesquisador, são poucos os autores com contribuições relevantes nesse campo científico. A ambiguidade na relação entre RI e Estudos Estratégicos, debatida por Doeser e Frantzen (2020), requer que os estudiosos adotem o rigor metodológico defendido por Brodie (1959), transformando a estratégia de uma prática empírica em um campo de análise científica precisa. Por fim, como sintetiza Bernardino (2023b), essa articulação é necessária para que a cooperação de defesa deixe de ser vista como um elemento secundário e passe a ocupar o centro das relações entre Estados.

Como exemplo daqueles que não tenham apenas descrito eventos bélicos do passado, as explicações de Clausewitz (2010) representaram o pensamento estratégico mais influente entre os estudiosos e pensadores contemporâneos, a partir de análises das guerras napoleônicas. Clausewitz foi um oficial militar que, após o seu falecimento, teve a sua obra[IX] tornada pública e disseminada internacionalmente, por iniciativa da sua esposa, em que pese as dificuldades de compreensão e tradução do idioma alemão.

Sendo a segurança nacional uma das premissas do realismo, os Estudos Estratégicos evidenciam íntima relação com a corrente teórica citada, contribuindo para as análises científicas no meio acadêmico. Em relação às questões de Defesa dos Estados, Clausewitz (2010) observou que eventuais manobras táticas nos campos de batalha requerem planejamentos militares, muitas vezes sob tensão, e ações de comandantes competentes, além de habilidosos na arte de guerrear. Consoante ao realismo, na perspectiva da alta política estatal, uma decisão ao nível estratégico, em qualquer fase de um conflito, se mal adotada, pode refletir em graves prejuízos para as forças armadas empregadas e, ainda, ao Estado.

[IX] A obra de Clausewitz contempla o emprego da força por atores não-estatais, como na guerrilha na Espanha. O comando estatal da guerra é marcante em sua obra. Cabe frisar que a sua tríade "Estado, Forças Armadas e povo" corresponde ao contexto do seu tempo. Logo, as "forças" da tríade (razão, imponderável e paixão) podem ser consideradas uma expressão do seu tempo, o que em alguma medida varia segundo determinadas circunstâncias históricas.

Duroselle (2000) descreve que os estudos das guerras preocupam os homens, de qualquer tempo cronológico ou nação do sistema internacional, pois elas mesmas sucessivamente originam outras guerras, o que torna a paz absoluta uma fantasia. Como consenso, os conflitos bélicos advêm de disputas de poder e resultam tanto na perda, para uns, quanto no ganho deste, para outros. Para Brodie (1959), alinhado aos Estudos Estratégicos, a guerra e a sua função podem ser enquadradas em um contexto político. Consequentemente, mesmo as análises efetuadas em ambiente controlado, sem pressão, tendem a ser cruciais para os interesses securitários de um Estado.

A partir das disputas que envolvem questões de segurança dos Estados, percebe-se a abrangência do realismo sobre o sistema internacional (Carr, 1981). Cabe ressaltar que a teoria realista das RI é considerada a corrente teórica basilar dos Estudos Estratégicos. Esta última área do conhecimento citada estuda o uso do poder, pelos Estados, como ferramenta política, a fim de entender o emprego da força (poder) no sistema internacional. Assim sendo, nas múltiplas disputas mundiais pelo poder, os Estados geram problemas de segurança, entre si, com implicações para o ramo da Defesa.

Os Estudos Estratégicos analisam as relações de poder entre os Estados do sistema internacional, com ênfase nas questões de Defesa e Segurança. Nas variadas sociedades, desde sempre, os temas de segurança preocuparam os homens, que passaram a recorrer às cooperações para obterem soluções adequadas e garantirem a sobrevivência dos seus povos (Bernardino, 2023b). As premissas que sustentam o arcabouço realista — a centralidade do Estado e a sua natureza unitária e racional — constituem o ponto de partida para a análise das dinâmicas de segurança.

Contudo, ao transpor este modelo para o Sul Global, torna-se imperativo problematizar a suposta autonomia estatal. Diferente do núcleo do sistema internacional, Estados periféricos enfrentam frequentemente a fragilidade do controle democrático e a dependência tecnológica, fatores que condicionam a formulação de uma Grande Estratégia. Conforme aponta Costa (2022), a capacidade de um Estado

do Sul em projetar poder regional está intrinsecamente ligada à coesão das elites estratégicas e à articulação entre política externa e política de defesa. Portanto, a análise realista, quando aplicada ao Sul Global, não pode ignorar que o "Estado unitário" é uma construção que enfrenta desafios severos de legitimação interna e constrangimentos sistêmicos externos.

Ainda, no sistema internacional, os Estados são atores unitários, em que pese possíveis divergências internas que eles possuam. Quando em atividades externas, a voz dos governantes prevalece como a representação da nação, mesmo diante de eventuais problemas domésticos. Na busca dos seus objetivos, os Estados procuram minimizar custos e maximizar os benefícios, demonstrando serem atores racionais. Por último, os assuntos do sistema internacional são hierarquizados, estando a segurança nacional em prioridade *(high politics)* e os demais temas, como a economia, tratados com menor importância (*low politics*).

No pós-Guerra Fria, os estudos sobre guerra e segurança tomaram rumos diferentes em relação às premissas mais tradicionais reconhecidas pelo realismo e pelo neo-realismo. O centralismo do Estado passou a ter importância concorrente aos indivíduos. No mesmo sentido, a sociedade com os seus subgrupos, como definidos por características étnicas e religiosas, passou a influenciar os níveis de análise das RI, cujas ameaças à segurança deveriam ser consideradas com distintos setores, como o econômico, o militar, o político, o ambiental e o social.

Morgenthau (2003) aborda fatores de poder demarcados por outros pensadores, como Hobbes e Carr, e demonstra que a sua distribuição pelo mundo decorre da tentativa de assegurar um equilíbrio entre os Estados. Ainda que não proporcionais entre os atores, esses arranjos de poder possibilitam a busca pela manutenção de um cenário estável no sistema internacional. Desse modo, entre outros aspectos, investir em alianças para formar uma força militar pujante pode colaborar para uma projeção de poder mundial positiva, desencorajando tentativas políticas que desafiem o alcance dos objetivos estatais.

Como exemplo, no decorrer da Guerra Fria, ocorreu um acelerado desenvolvimento tecnológico, que ampliou o investimento no aparato bélico existente. Paralelamente, o crescimento dos arsenais nucleares das duas potências mundiais conflitantes, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representou uma ameaça à humanidade. Vale lembrar que qualquer restrição de poder, entre as nações, visa limitar as suas capacidades e possibilidades de alcançar objetivos, como da esfera política. Tal setor, se indiretamente prejudicado, ou o militar, o social ou, ainda, o econômico, podem causar um desequilíbrio de poder, potencializando a eclosão de conflitos. Nesse diapasão, na Guerra Fria, era relevante que ambos os países influenciadores do mundo, no contexto bipolar, em alguma medida, mantivessem relativa estabilidade, o que alavancou as investigações dos pesquisadores dos Estudos Estratégicos naquele período.

Sob a ótica do Sul Global, contudo, a teoria realista requer uma releitura que transcenda o binômio hegemônico da Guerra Fria. A cooperação em Defesa, nesta perspectiva, não se configura apenas como uma aliança de contenção, mas como um mecanismo deliberado de mitigação de vulnerabilidades e busca por autonomia estratégica. Conforme evidencia o Programa A-Darter, projeto de mísseis de quinta geração desenvolvido em parceria entre Brasil e África do Sul, a cooperação Sul-Sul é utilizada como um instrumento pragmático para a capacitação industrial e tecnológica nacional, permitindo aos Estados periféricos reduzir a dependência de fornecedores do Norte Global (Costa, 2022). Como destaca o Livro Branco de Defesa Nacional, tais iniciativas de cooperação tecnológica são vetores fundamentais para que potências regionais consolidem sua soberania em um ambiente de concorrência assimétrica, onde a dependência de fornecedores do Norte Global limita o espaço de manobra estatal. Portanto, o realismo contemporâneo, ao ser aplicado aos Estudos Estratégicos no Sul Global, encontra na cooperação tecnológica a sua expressão mais atualizada de "balanceamento" de poder.

3 CONCLUSÃO

A análise conduzida neste artigo demonstrou que a dicotomia histórica entre a Teoria das Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos constitui um obstáculo à compreensão das dinâmicas de Defesa no Sul Global. Ao revisitar as bases do realismo — desde a clássica prudência de Tucídides até o estruturalismo de Waltz — observou-se que tais postulados, quando desprovidos de uma leitura crítica, correm o risco de anacronismo. Contudo, ao 'adaptar' o realismo para o contexto da periferia sistêmica, este trabalho reafirma a relevância contínua da teoria como ferramenta analítica para a autonomia estratégica.

A evidência empírica, ilustrada pela cooperação tecnológica em projetos como o A-Darter, corrobora que Estados do Sul Global utilizam o "balanceamento" não apenas por meio do poder militar bruto, mas via mecanismos de cooperação pragmática que mitigam a dependência tecnológica em face de potências hegemônicas. A segurança, portanto, no contexto do Sul Global, não é um dado estático, mas um processo político dinâmico onde a cooperação entre Estados pares surge como estratégia racional de sobrevivência e projeção.

Em suma, este estudo conclui que a integração entre o arcabouço realista e a prática dos Estudos Estratégicos é imperativa para o delineamento de uma Grande Estratégia nacional, funcionando como o paradigma indispensável para que o Sul Global navegue pela anarquia sistêmica em direção a uma autonomia estratégica soberana.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Luís M. B. A importância do bi-multilateralismo nas novas Relações Internacionais: impactos na política externa europeia para África. *In*: ENCONTRO DE POLÍTICA ESTRATÉGICA E PENSAMENTO MODERNO, 2., Cascais, p. 1-9, 2023. **Anais [...]**. Cascais, 2023a.

BERNARDINO, Luís M. B. As relações internacionais e a cooperação de defesa: uma reflexão epistemológica. **O Cadete**, Nampula, 2 (1), p. 57–80, dez. 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.

BRODIE, Bernard. Strategy as an art and a science. **Naval War College Review**, 12 (2), p. 1-20, 1959.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise:** 1919-1939. UnB, 1981.

CLAUSEWITZ, Carl von**. Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COSTA, Murilo Gomes da. **Trajetórias que se encontram**: análise comparativa da inserção do Brasil e da África do Sul em seus entornos regionais (1998-2018). 2022. 434 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DOESER, Fredrik; FRANTZEN, Filip. The Strategic and Realist Perspectives: An Ambiguous Relationship. **Journal of Strategic Studies,** 45 (6–7), p. 918–941, 2020.

DUROSELLE, Jean-B. **Todo império perecerá.** Teoria das relações internacionais. Tradução de Ane L. S. de S. Magalhães, Brasília: Edunb, 2000.

FIGUEIREDO, Eurico de L. **Os Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico.** 2009. Tese (Concurso público para Professor Titular em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria L. Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações:** a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

TUCÍDIDES. History of the Peloponnesian War. Nova York: Penguin Books, 1972.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory**: realism, pluralism, globalism. Nova York: Macmillan Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics.** New York: McGraw Hill, 1979.

Autoria

1 Eduardo Freitas Gorga

Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras; Mestre em Estudos Fronteiriços pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança
https://orcid.org/0000-0002-7779-1870 • efgorga@id.uff.br

Como citar este artigo

GORGA, E. F. Realismo e estudos estratégicos: articulações de poder no sistema internacional. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 3, e97569, p. 1-17, 2026. DOI 10.5902/2357797597569. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797597569. Acesso em: dia mês abreviado. ano.